

Gertrude Monguella, Secretária-Geral da Conferência de Pequim' 95

Cairo:

Propostas para implantar o Plano de Ação são discutidas em Brasília.

• Página 10

Agenda:

Diversos eventos marcam este final de ano. Para 95 já existem compromissos marcados

• Página 12

Pequim'95:

Aprovado Programa de Ação para a América Latina e Caribe. Documento foi concluído em Santiago. Fórum de ONGs fez sugestões ao texto.

• Páginas 6, 7, 8 e 9 •

Termina o ano legislativo:

Congresso encerra os trabalhos e marca posse dos novos parlamentares para 15 de fevereiro. 52 projetos do interesse das mulheres serão analisados por novos deputados e senadores.

Tudo sobre o Congresso nas páginas 4 e 5

O CFEMEA estará em recesso do dia 22 de dezembro a 1º de janeiro. A todas as companheiras desejamos Feliz Natal e Próspero Ano Novo

Editorial

Adeus Ano Velho

*Sonhei que entrei numa loja.
Atrás do balcão estava um anjo.
Perguntei-lhe: - O que é que
vende aqui?
- Tudo o que desejar - respondeu o
anjo.
- Ah - disse eu - a sério?
Então quero que haja paz na
Terra, que acabe a opressão, que
acabe a fome, que todos os
refugiados tenham uma casa...
- Um momento - disse o anjo - não
me fiz entender bem. Aqui não se
vendem frutos... vendem-se apenas
sementes.
Conto judaico*

Fim de ano e de legislatura. Folheando a "agenda política" de 1994, percebemos que nem tudo foi azul. Aqui, acolá, outros tons sobressaem.

Em cor mais vibrante, de 1994, levamos a articulação do movimento de mulheres na defesa dos seus direitos frente ao Congresso Nacional, exercitada por várias vezes ao longo desta legislatura, em especial durante a

Revisão Constitucional, quando a formação da RedeRevi (Rede Nacional do Movimento de Mulheres

na Revisão Constitucional) potencializou a nossa capacidade de intervenção política.

Em alto relevo, a bela mobilização das trabalhadoras rurais em todo o país que arrancaram, à forceps, da Câmara e do Senado, a lei que lhes garantiu o direito ao salário-maternidade.

Os louros também vão para a vitória das mulheres na batalha com a Câmara dos Deputados para aprovar projeto sobre o planejamento familiar, que ocorreu ao mesmo tempo em que este tema foi amplamente debatido e ganhou espaço na mídia em função da posição do Brasil na Conferência sobre População e Desenvolvimento - Cairo'94. A guerra, entretanto, não está concluída. Falta a votação no Senado. Ainda em novembro, 131 organizações de mulheres de todo o país assinaram uma Carta aos Senadores pela aprovação do projeto que, apesar disto, ficou para o próximo ano.

O debate sobre a violência ganhou um enfoque de gênero bem definido com a participação de várias organizações

de mulheres nas audiências promovidas pelas CPI's da Violência Contra a Mulher e da Exploração e Prostituição Infanto-juvenil.

O espaço político ocupado pela discussão sobre os direitos da mulher revigorou velhas(os) aliadas(os) dentro do parlamento, revelou novos, especialmente dentro da bancada feminina,

mas também entre os homens, onde encontramos quem dissesse "sou um ex-machista".

E uma andorinha só faz verão..., sim senhora! Especialmente quando ela é feminista. Eva Blay, aprovou, no Senado, projeto de sua autoria sobre o planejamento familiar e reuniu vários senadores e organizações de mulheres no primeiro debate que aquela Casa travou sobre a descriminalização do aborto. Luci Choinacki, primeira trabalhadora rural com mandato na Câmara, propôs e conseguiu que fosse transformado em lei o direito das rurais ao salário maternidade. Ambas não foram reeleitas, mas deixam a marca do seu trabalho.

Convictas de que a semente está germinando, a equipe do CFEMEA, deseja-lhes BOAS FESTAS e uma boa colheita em 1995.

*O debate sobre a
violência ganhou um
enfoque de gênero
bem definido.*

*Levamos a
articulação do
movimento de
mulheres na defesa
dos seus direitos*

EXPEDIENTE

CFEMEA - CENTRO FEMINISTA DE ESTUDOS E ACESSORIA

SCN, Ed. Venâncio 3000, sala 602 - Brasília, DF

Telefone: (061) 225-1664

Fax: (061) 225-2336

Projeto - DIREITOS DA MULHER NA LEI E NA VIDA

Equipe responsável:

Marlene Libardoni, Gilda Cabral, Guacira César de Oliveira, Iáris Ramalho Cortês e Malô Ligocki.

Conselho Consultivo:

Parlamentares: Deputada Benedita da Silva, Jandira Feghalli, Luci Choinacki, Maria Luiza Fontenele, Marilu Guimarães, Rita Camata, Sandra Starling e Socorro Gomes. Deputados José Genoíno e Nelson Jobim. Senadora Marluce Pinto e Senador José Paulo Bisol.

Feministas: Dóris Louise de Castro Neves, Florisa Verucci, Gilse Concenza,

Helelieth Saffioti, Lídice da Mata, Marah Régia, Maria Berenice Godinho Delgado, Maria Bethânia de Melo Ávila, Maria Tereza Augusti, Rosiska Darcy de Oliveira, Sílvia Pimentel, Sueli Carneiro e Zulaiê Cobra Ribeiro.

Comitê de Especialistas:

Ana Maria Costa, Dóris Louise de Castro Neves, Eleonora Menecucci de Oliveira, Elizabeth Garcez, Florisa Verucci, Isabel Grein, Leilah Borges da Costa, Márcia Camargo, Maria do Carmo Menezes, Maria do Socorro Jó Moraes, Paola Capelin Giuliane, Sarah Sorrentino, Sílvia Pimentel, Sônia Corrêa e Sueli Carneiro.

Conselho Editorial: Guacira César de Oliveira, Gilda Cabral e Malô Ligocki

Jornalista: Márcia Turcato; Reg. 4553/15/91 RS

Composição e Arte Final: Luis Gustavo Pedroza

Impressão: Correio Brasileiro

Apoio: FUNDAÇÃO FORD, FUNDAÇÃO MAC ARTHUR.

Homenagem

Festa para Maria e Luci

As deputadas Maria Luiza Fontenele (PSTU/CE) e Luci Choinacki (PT/SC) foram homenageadas pelo CFEMEA com uma noite de queijos e vinhos no último dia 23 de novembro. A festa foi uma homenagem a duas mulheres, aliadas de todas nós, que se destacaram durante a legislatura que agora se encerra e não retornam ao Congresso Nacional. Maria Luiza e Luci apresentaram diversos projetos de interesse das mulheres e do conjunto da sociedade, entre eles a licença maternidade para a trabalhadora rural e o que tipifica a violência doméstica. Entre aqueles que foram abraçar Maria Luiza e Luci, os deputados Eduardo Jorge (PT/SP), Paulo Rocha (PT/PA), Ricardo Moraes (PSB/AM), José Fortunati (PT/RS) e o deputado distrital Rodrigo Rollemberg (PSB/DF).



As homenageadas Maria Luiza e Luci

Paternidade

STF dispensa exame de DNA

No último dia 10 de novembro, os ministros do STF decidiram que é inconstitucional a obrigatoriedade de testes de DNA em processos de investigação de paternidade. O acórdão do Supremo é inédito e surpreendente. Até então, homens que não reconheciam seus filhos eram levados por força de decisão dos tribunais de Justiça dos estados ("conduzidos sob vara"), para os laboratórios que realizam os exames de investigação de paternidade, quando as mães recorriam à Justiça.

O que parecia ser jurisprudência caiu por terra quando o STF acatou o pedido de habeas-corpus nº 71373-4, impetrado pelo advogado e suposto pai de gêmeas nascidas no Rio Grande do Sul, José Antônio Gomes Pinheiro Machado, que apelava aos ministros para não se submeter ao teste de DNA. O relator do processo, ministro Marco Aurélio, acatou o habeas afirmando que era "abuso de poder implicar inegável constrangimento para o paciente", acrescentando que "a inspeção no corpo humano é só moralmente legítima com o consentimento do interessado".

Aposentadoria

Arrocho anunciado

O governo do presidente eleito Fernando Henrique Cardoso pretende arrochar os aposentados. Proposta que deve ser apresentada em 15 de fevereiro, fixa em 60 anos de idade, com 40 anos de contribuição à Previdência Social, os prazos para o trabalhador se aposentar. O sistema também vai igualar homens e mulheres para efeito de aposentadoria. Atualmente, as mulheres se aposentam depois de 30 anos trabalho e os homens, 35.

De acordo com a assessoria de FHC, o governo pretende deixar uma alternativa para não prejudicar quem começou a trabalhar cedo. Assim, quem entrou no mercado de trabalho aos 14 anos de idade, por exemplo, teria direito ao benefício aos 54 anos, já que teria completado os 40 anos de contribuição. De qualquer forma, o governo não pretende pagar mais de 10 salários mínimos, teto máximo, seja qual tenha sido o prazo de contribuição do trabalhador.

As mudanças anunciadas colocam em risco diversas conquistas dos trabalhadores, e das mulheres em particular, já asseguradas pela Constituição. Na época da Revisão Constitucional, encerrada em maio, o governo federal, através do então Ministro da Previdência Antônio Brito, tentou alterar as regras para a aposentadoria, mas a proposta foi derrotada pelos movimentos sociais, que foram ao Congresso Nacional exigir a garantia de seus direitos. Ao que tudo indica, nova demonstração neste sentido terá que ser feita pela sociedade.

Congresso

Projetos em tramitação

São 52 projetos de lei referentes a mulher que voltam a tramitar quando o próximo período legislativo iniciar no dia 15 de fevereiro, contemplando todos os dispositivos constitucionais. Portanto, são matérias do nosso total interesse e que já foram aprovados em alguma das comissões técnicas do Senado ou da Câmara e, por esta razão, não serão arquivadas. A maioria das propostas tem origem no próprio Congresso Nacional, mas também existem projetos elaborados a partir de mensagem enviada pelo Poder Executivo. Considerando-se além dos 52 projetos principais os anexados, no Senado, estarão tramitando 76 projetos e, na Câmara, 121, totalizando 197. Na legislatura agora encerrada (1991/1994) tramitaram no Congresso Nacional 427 projetos de nosso interesse, alguns deles fundamentais para assegurar às mulheres seus direitos constitucionais.

Oito das propostas foram aprovadas e viraram lei, como a licença-gestante para as trabalhadoras urbanas, rurais e domésticas e o salário-maternidade às pequenas produtoras rurais e às trabalhadoras avulsas (Lei nº 8.861/94); suspensão das reservas interpostas pelo governo brasileiro à assinatura da Convenção pela Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher (Decreto Legislativo nº 26/94); novas regras para o registro de filhos e o reconhecimento da paternidade (Lei nº 8.560/92); a concessão de licença à trabalhadora em caso de aborto (Lei nº 8.921/94); em relação a Reforma Agrária, assegurou à mulher o direito ao título da terra, independentemente de seu estado civil (Lei nº 8.629/93); a inclusão

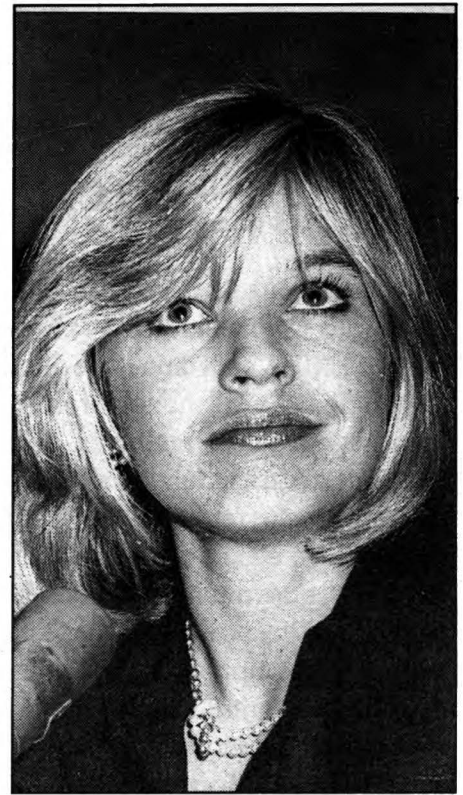
do estupro entre os crimes considerados hediondos e inafiançáveis (Lei nº 8.930/94); e os Planos de Custeio (Lei nº 8.212/91) e de Benefícios da Previdência Social (Lei nº 8.213/91), que regulamentaram parte dos direitos constitucionais da mulher nesta área, entre os quais a aposentadoria diferenciada e o salário maternidade.

As áreas referentes a "saúde" e a "violência", onde o movimento de mulheres está melhor organizado foram também as mais trabalhadas dentro do Congresso Nacional na legislatura que agora se encerra. Além da apresentação de projetos de lei neste sentido, foram realizados seminários, audiências públicas e três CPIs sobre estes temas, que investigaram a esterilização em massa de mulheres no Brasil, a violência praticada contra a mulher e a prostituição e exploração infanto-

Com o projeto de lei que regulamenta o Planejamento Familiar tendo sido aprovado na Câmara, e aguardando apreciação pelo Senado, mais uma vez o movimento de mulheres mostrou seu vigor.

juvenil. A mobilização da sociedade civil contra a violência resultou ainda na aprovação de uma lei, chamada de Lei Daniela Perez (referência a atriz que foi assassinada em dezembro de 1992), que qualifica o estupro como crime hediondo, vetando ao esturador o benefício do *sursi*. O *sursi* permite que a pessoa fique em liberdade, mesmo sendo condenada, quando se trata de réu primário (sem antecedentes).

Especificamente no Senado Federal, a senadora Eva Blay (PSDB/



Rita Camata (PMDB/ES), relatou o projeto que concede licença do trabalho à mãe adotante

SP) rompeu com um tabu ao organizar o primeiro seminário da história da Casa, e em uma de suas comissões técnicas, sobre a discriminação do aborto, além de apresentar projeto de lei neste sentido.

Nesta mesma época, de forma articulada, o movimento defendeu a manutenção de todos os direitos constitucionais da mulher na Revisão. A RedeRevi - Rede Nacional do Movimento de Mulheres na Revisão Constitucional, foi coordenada pelo CFEMEA, e integrou organizações de

mulheres de todo o país sob a palavra de ordem "Nenhum direito a menos".

Ao término da legislatura, com o projeto de lei que regulamenta o Planejamento Familiar tendo sido aprovado na Câmara, e aguardando apreciação pelo Senado, mais uma vez o movimento de mulheres mostrou seu vigor e encaminhou aos senadores manifesto assinado por 131 organizações que reivindicam a aprovação da matéria e sua imediata aplicação, o que contribuiria para a efetiva implantação do PAISM-

Programa de Assistência Integral à Saúde da Mulher.

Movimento organizado

A aprovação de vários projetos, agora transformados em lei, e o andamento de quase duas centenas de outros, é resultado direto do trabalho organizado do movimento de mulheres em todo o Brasil. A ação do movimento frente ao Poder Legislativo foi fundamental para convencer os parlamentares sobre a importância das questões apresentadas e fazer avançar a tramitação das matérias relativas aos direitos da mulher. A organização e a mobilização do movimento precisam ser mantidas para garantir mais vitórias durante o próximo período legislativo.

Destacamos, a seguir, alguns dos projetos que consideramos prioritários, e que já estarão em pauta quando os novos parlamentares tomarem posse.

No Senado:

1- Sobre Planejamento Familiar. Aprová-lo significa garantir legalmente a milhões de pessoas em todo o país o pleno exercício dos seus direitos reprodutivos, contemplando as discussões ocorridas sobre a matéria há mais de dois anos em audiências públicas, CPIs, seminários e reuniões realizadas no Congresso.

2- Sobre União Estável, que reconhece a existência de um outro tipo de grupo familiar, estabelecendo os direitos e deveres recíprocos dos companheiros (conviventes) e garantindo o princípio da isonomia na aquisição e administração do patrimônio do casal. O CFEMEA, juristas e grupos do movimento de mulheres participaram de reuniões com deputados e representantes da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) em que a matéria foi analisada, com o objetivo de contemplar da forma mais ampla

possível as expectativas da sociedade. O projeto foi transformado em substitutivo pelo relator, senador Wilson Martins (PMDB/MT), e aprovado na Comissão de Constituição e Justiça. A matéria está pronta para ser incluída na pauta do Plenário do Senado.

3- Regulamentando o Emprego Doméstico, estendendo aos trabalhadores do setor, o direito ao FGTS e salário desemprego, entre outros. No último dia 29 de novembro, na Comissão de Assuntos Econômicos do Senado (CAE), o senador Jonas Pinheiro (PTB/AP) recebeu a tarefa de apresentar um texto único para a matéria, tendo por base o próprio projeto de lei e o substitutivo apresentado naquela ocasião pelo senador Juthay Magalhães (PSDB/BA).

4 - Dispondo sobre a capacidade jurídica da mulher mediante alterações no Código Civil, revogando o instituto da chefia da sociedade conjugal pelo homem,

A ação do movimento de mulheres frente ao Poder Legislativo foi fundamental para convencer os parlamentares sobre a importância das questões apresentadas.

através da igualdade entre marido e mulher; substituindo o termo pátrio poder por autoridade parental e eliminando outros dispositivos que discriminam a mulher.

5 - Estabelecendo normas para



Eva Blay (PSDB/SP) é autora de um dos projetos que serão analisados na próxima legislatura.

o uso das técnicas de engenharia genética para a construção, manipulação, circulação e liberação de moléculas de Ácido Desoxirribonucléico (ADN), onde inclui-se a questão da "barriga de aluguel".

Na Câmara

1- Concedendo licença especial para a empregada que adotar criança com menos de dois anos de idade, reconhecendo assim o princípio constitucional de que não haverá discriminação entre filhos naturais ou adotivos.

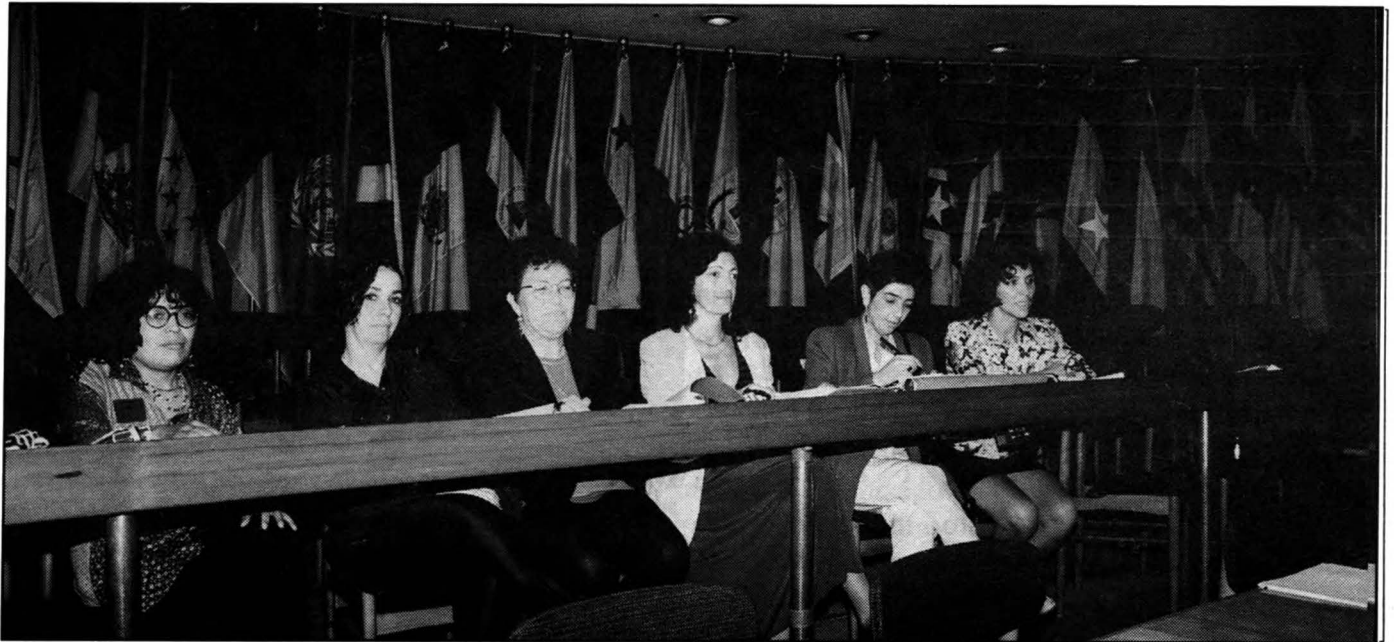
2 - Alterando e extinguindo do Código Civil todos os dispositivos que discriminam a mulher, com o objetivo de promover a igualdade dos cônjuges.

3 - Regulamentando o planejamento familiar, e estabelecendo que é dever do Estado, por meio do SUS, prover meios e recursos informativos, educacionais, técnicos e científicos que assegurem o atendimento à saúde reprodutiva. Este projeto tem conteúdo idêntico

àquele que tramitará no Senado Federal.

4 - Regula o direito dos companheiros - pessoas que vivem em união estável - a alimentos e a sucessão.

Fêmea Pequim' 95



Grupo de mulheres que participou da Reunião de CEPAL, em Santiago. Guacira, do CFEMEA, no canto direito da foto

Pequim'95

Programa de Ação aprovado em Santiago

Dezenas de mulheres, representando os governos de seus países, compareceram à reunião de trabalho realizada no último dia 18 de novembro em Santiago, Chile, para discutir e aprovar o Programa de Ação Regional para as Mulheres da América Latina e do Caribe- 1995/2001, que será apresentado em Pequim, China, no próximo mês de setembro, durante a Conferência Internacional da Mulher, convocada pelas Nações Unidas (ONU). O tema central da Conferência é "Ação para a Paz, a Igualdade e o Desenvolvimento".

O encontro para a aprovação do documento latino-americano e caribenho foi realizado pela CEPAL e contou com a representação de governos de 28 países da América Latina e do Caribe. O Fórum de ONG's, que participou como observador das reuniões, entregou às delegações oficiais documento com as propostas alternativas que, em sua maioria, foram incorporadas ao Plano de Ação aprovado. A

reunião de Santiago concluiu os trabalhos da Conferência Regional, iniciados em Mar del Plata, Argentina, em setembro.

A Articulação de Mulheres Brasileiras para Pequim'95, que integra o Fórum de ONGs, esteve representada em Santiago por Guacira César de Oliveira, do CFEMEA. A delegação do governo brasileiro foi chefiada por Márcia Adorno, do Ministério das Relações Exteriores, e composta por Maria Tereza Augusti, do Comitê Nacional e Coordenadora do Fórum Nacional de Presidentas de Conselhos Estaduais e Municipais da Condição e dos Direitos da Mulher; e Leila Linhares, consultora do Itamaraty e integrante da CEPIA- Cidadania, Estudos, Pesquisa, Informação e Ação.

Para Maria Tereza Augusti, o Programa de Ação é bom e espelha o resultado da organização dos movimentos e da "inter-relação existente entre organismos governamentais e não

governamentais, mostrando que houve importantes avanços nesta área". Além disso, Maria Tereza salienta que o documento "é uma prova da vitalidade das mulheres latinas e do Caribe, que demonstram maturidade e seriedade".

Objetivos e estratégias- A elaboração do documento aprovado em Santiago levou em consideração a Resolução nº 1 da Quinta Conferência Regional sobre a Integração da Mulher no Desenvolvimento Econômico e Social da América Latina e do Caribe, realizada em Curaçao em 1991, indicações da CEPAL, de organismos internacionais, das agências da ONU e de *experts*. Assim é que o texto resulta de ampla análise da situação política, econômica e social experimentada pela mulher ao longo da última década.

O documento, de 60 páginas, faz o diagnóstico de oito áreas prioritárias para as mulheres, traçando objetivos e estratégias ponto

por ponto. As áreas analisadas são:

- 1- Equidade de gênero.
- 2- Desenvolvimento econômico e social com perspectiva de gênero: participação equitativa das mulheres nas decisões, nas responsabilidades e nos benefícios do desenvolvimento.
- 3- Eliminação da pobreza.
- 4- Participação equitativa das mulheres na tomada de decisões e no poder, na vida pública e na iniciativa privada.
- 5- Direitos humanos, paz e violência.
- 6- Responsabilidades familiares compartilhadas.
- 7- Reconhecimento da pluralidade cultural da região.
- 8- Apoio e cooperação internacionais.

O objetivo central do Plano de Ação aprovado é o de acelerar a conquista da equidade de gênero e a total integração das mulheres no processo de desenvolvimento, assim como o exercício pleno da cidadania, da justiça social e da democracia. Para alcançar este objetivo central, uma das principais linhas estratégicas adotadas no documento diz que é necessário incorporar a perspectiva de gênero nos mais elevados níveis de planificação do desenvolvimento, nas políticas e nas decisões de ordem social e econômica, para superar as desigualdades entre homens e mulheres originárias de fatores culturais e de práticas econômicas e sociais discriminatórias.

Ao mesmo tempo, um dos principais objetivos estratégicos aprovados determina que as mulheres devam participar de modo equitativo da decisão, formulação, aplicação e avaliação integral das políticas econômicas e sociais, de acordo com uma perspectiva de gênero, nos seguintes âmbitos:

- 1- Organismos nacionais, regionais e internacionais de desenvolvimento.
- 2- Políticas, programas, planos e projetos de acordo com um enfoque



Compenetradas, as três representantes do governo brasileiro à Conferência realizada em Santiago. Mácia Adorno, Chefe da Delegação, está à direita

integrado de desenvolvimento.

3- Organizações não governamentais, setor privado e sociedade civil.

Prosseguimento- Para garantir a aplicação do Plano de Ação, algumas reivindicações foram feitas pelas participantes Conferência de Santiago e constam do documento aprovado. São elas:

1- Que a CEPAL continue convocando, a períodos regulares, a Conferência Regional sobre a Integração da Mulher no Desenvolvimento como foro encarregado de fiscalizar a aplicação do programa, avaliar sua efetividade e ajustar suas áreas e ações prioritárias sempre que for necessário.

2- Que a "mesa diretora" da Conferência Regional assuma o compromisso de prosseguir com o programa em colaboração com os governos e com a participação de organismos nacionais e de entidades governamentais de subregiões.

3- Que, com o objetivo de manter atualizado o programa, a secretaria da CEPAL recorra às agências da ONU para incorporar a ele novas recomendações sobre a mulher.

4- Que a secretaria da CEPAL continue colaborando com a "mesa diretora" da Conferência para garantir o intercâmbio com outros

organismos do sistema da ONU e também com organismos intergovernamentais e não governamentais.

5- Que a secretaria da CEPAL presente à "mesa diretora" uma relação (que será atualizada periodicamente) onde estejam incluídos todos os nomes que constituem o corpo básico das instituições que realizam trabalhos vinculados ao Programa de Ação Regional, para que se busque sua efetiva colaboração.

Inscrição e agenda Pequim'95

O acesso ao Fórum de ONGs-que realiza um encontro paralelo à Conferência de Pequim'95, é livre para todas as pessoas e grupos interessados em participar. Entretanto, para facilitar o processo e viabilizar esta participação, deve ser encaminhado pedido de inscrição, até o próximo dia 13 de janeiro, ao Secretariado do Fórum no seguinte endereço:

Secretariat for the NGO Forum on Women'95

211 East 43rd Street, Suite 1.500,

New York, NY 10017, USA

Para inscrições encaminhadas via fax o número é (1-212) 922.9269. Através de correio eletrônico: ngoforum95@gc.apc.org

O processo de discussão e

preparação da Conferência (setembro, na China), tem agenda conhecida até o mês de maio. Os encontros previstos são:

1- Dias 15 e 16 de janeiro, em Porto Alegre, reunião para discutir a organização da Conferência Preparatória (PrepCom).

2- Março, em Nova Iorque, Estados Unidos, acontece a PrepCom.

3- Dia 31 de março, data limite para o Comitê da Articulação

Nacional receber sugestões ao documento que o movimento de mulheres está elaborando para apresentar no encontro das ONGs em Pequim.

4- Dia 27 de abril, conclusão do documento.

5- Dia 18 de maio, no Rio de Janeiro, reunião de trabalho do Comitê Nacional da Conferência de Mulheres do Brasil para Pequim'95.

6- Dias 19, 20 e 21 de maio, no Rio de Janeiro, discussão e aprovação

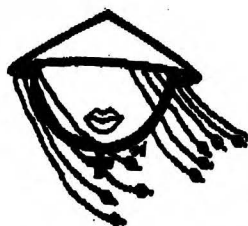
do documento da Conferência de Mulheres do Brasil para Pequim'95.

Sugestões para o documento podem ser enviadas através do fax (021) 246.0788, ou remetidas para o seguinte endereço:

Articulação Nacional de Mulheres para Pequim'95

Rua das Palmeiras, 95, Botafogo

CEP 22270-070, Rio de Janeiro



Mulher Negra e Pequim 95 – da Informação à Ação Geledés - Instituto da Mulher Negra

A Mulher Negra na década

Há vinte anos a ONU instalava o Ano Internacional da Mulher. Ao longo desses vinte anos muitas ações foram empreendidas pelos governos e movimentos, em relação às mulheres.

Entretanto talvez seja o momento de avaliarmos para quais mulheres estas ações foram dirigidas. Seguramente não foram para as mulheres negras que apesar de se constituírem na metade da população feminina do País, continuam vivendo à margem das conquistas do movimento de mulheres.

Para a constatação deste fato não necessitamos de um grande exercício de imaginação; basta consultarmos qualquer indicador social.

Apesar de ao longo dos anos o movimento feminista vir denunciando as violações contra as mulheres e, de defender em seus princípios o conceito de multiplicidade das diferenças, sempre encontrou dificuldades em incorporar o racismo em suas bandeiras de luta, deixando de considerá-lo como fator agravante da situação de discriminação de grande parcela das mulheres, causador inclusive das desigualdades sociais entre mulheres negras e brancas e que vem, historicamente dificultando a unidade do movimento.

O Movimento Feminista vem tratando a questão racial como um item a mais de sua pauta: o indefectível

contra todas as formas de discriminação etc... ignorando que ele atinge metade da população feminina do segundo país negro do mundo, depois da Nigéria.

Nós mulheres negras entendemos que ao atingir um contingente tão significativo de mulheres a discriminação racial se constitui num dispositivo de largas conseqüências sociais na medida que, tanto quanto o sexismo, o racismo se constitui em variável determinante na compreensão do processo de exclusão das mulheres negras de sua cidadania, participação política, acesso ao poder, da educação, de trabalhos e salários dignos, do acesso à saúde, habitação, entre outros.

Nesse sentido, sexismo e racismo têm que ser tratados conjuntamente na sociedade brasileira, tanto para a definição de políticas para a eliminação de discriminações sociais como para a própria redefinição do conceito de democracia.

No momento em que mulheres negras se articulam para avaliar os avanços e impactos de suas ações com vistas à IV Conferência Mundial da Mulher, cabe às mulheres negras uma ampla reflexão sobre o que foi nosso movimento nos últimos vinte anos.

Um balanço artificial nos aponta pequenos avanços, mas sabemos que serão necessários mais alguns vinte anos para conquistarmos nossa cidadania.

Apesar de estarmos consideradas o "must do verão" no movimento feminista, e da questão racial estar sendo, lenta e gradualmente reconhecida, pelo movimento, só nossa efetiva mobilização será capaz de garantir que as reivindicações das mulheres brasileiras na IV Conferência tenham cor.

Sendo Geledés uma organização que trabalha a especificidade da mulher negra, nos colocamos a tarefa e o desafio de atuar no processo, destacando a situação da mulher negra, recuperando suas condições de existência e repercussões econômicas, sociais, políticas, culturais e ideológicas nos últimos dez anos.

A primeira iniciativa é este espaço no FÊMEA, onde manteremos uma coluna permanente até a Conferência. Entretanto entendemos que esta deve ser uma tarefa de todas as mulheres negras dispostas a transformar nossa realidade. Por esta razão, nós do Geledés estaremos recebendo contribuições ao debate, em todas as áreas de atuação das mulheres negras, para que possamos empreender um processo amplo e democrático de avaliação.

As contribuições deverão ser enviadas para o Geledés - Instituto da Mulher Negra, Pça. Carlos Gomes, 67 - 12º andar, cj H - CEP 01501-040 - São Paulo - SP - Fone: (011)605-0459 - Fax.: (011)606-9901 a/c de Nilza Iraci.

Articulação

Fórum de ONGs

Concluídos os trabalhos na CEPAL, o Comitê Regional de Organizações Não-Governamentais (ONGs) da América Latina e do Caribe reuniu-se por três dias para avaliar o processo preparatório e traçar estratégias até a Conferência Internacional sobre a Mulher. O desafio deste percurso até Pequim'95, de rearticular o movimento de mulheres latino-americano e caribenho, permeou todas as discussões, indo além, portanto, do mero preenchimento da agenda das Nações Unidas.

Foi com este espírito que definiu-se a constituição de seis comissões de trabalho. A primeira delas tem o objetivo de organizar uma Reunião Satélite das Mulheres Latino-americanas e Caribenhas, em março, quando serão discutidas as

propostas das não governamentais, da região, para o Plano de Ação Global.

A reunião será realizada antes do encontro preparatório (Prepcom) de Nova Iorque, marcado para março, quando representantes de todos os países definirão a versão preliminar do Plano de Ação Global que servirá de texto básico à 4ª Conferência Internacional sobre a Mulher - Ação para a Igualdade, o Desenvolvimento e a Paz. As reuniões satélites tem um caráter consultivo para a ONU e seus resultados servem de subsídio às reuniões oficiais (dos governos).

Formaram-se, ainda, as comissões de comunicação, lobby, recursos, planejamento de painéis e workshops para Pequim'95, além de uma agenda cultural. Vamos



Santinha, do Rio de Janeiro, que participou da Reunião do Fórum de ONGs, em Santiago

continuar discutindo em profundidade toda essa estratégia, a agenda de eventos traçada até a Conferência e nossa participação efetiva em todo este processo.

CNDM

Importância do Conselho

Durante reunião realizada em Brasília, dias 6, 7 e 8 de dezembro, as presidentas de Conselhos Estaduais e Municipais dos Direitos da Mulher reafirmaram a importância do Conselho Nacional (CNDM). Conforme as presidentas, o Conselho deve atuar de forma articulada com os conselhos estaduais e municipais e em consonância com o movimento de mulheres de todo o país.

Na ocasião, foi aprovado o Regimento Interno para o Fórum de Presidentas de Conselhos. Entre outros itens, o regimento determina que a estruturação do próprio Fórum deve abrigar um colegiado, secretaria executiva, comissão de coordenação e comissões de trabalho.

Estabelece, também, como tarefa do Fórum "promover a integração de experiências político-administrativas e técnicas, para identificação da condição e direitos da mulher". Todos os atores são importantes nesta luta pelos direitos da mulher: o Conselho Nacional, o Fórum e os movimentos têm papéis diferenciados e complementares neste cenário em que nos movimentamos.



Maria Tereza (foto superior) e Schuma, ambas do Conselho de São Paulo, ajudaram a coordenar a reunião do Fórum realizada em Brasília

Cairo

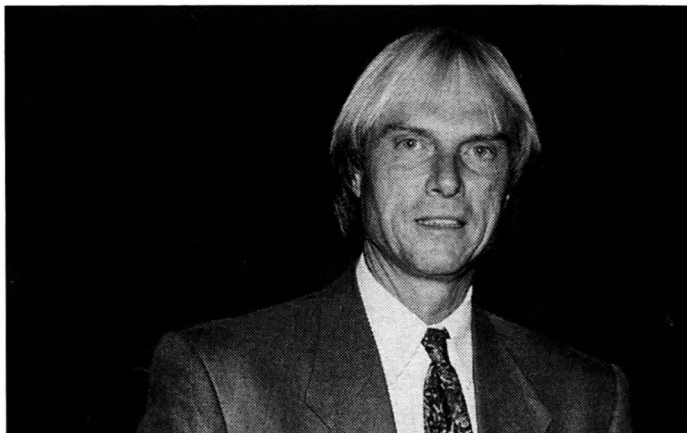
Análise da Conferência

O resultado da Conferência Internacional do Cairo convocada pela ONU, sobre População e Desenvolvimento, realizada no mês de setembro no Cairo, Egito, foi analisado em Brasília no último dia 7 de setembro em encontro promovido pela Rede Nacional Feminista de Saúde e Direitos Reprodutivos. Um dos principais objetivos do encontro foi discutir formas para viabilizar a implantação do Plano de Ação aprovado no Cairo, que contempla, principalmente, questões relacionadas à saúde.

O diplomata Ernesto Otto Rubarth, da Divisão das Nações Unidas no Itamaraty, presente ao encontro, anunciou a intenção do governo de criar um conselho, semelhante ao "Comitê contra a fome e a miséria" e ao "Conselho dos direitos da criança e do adolescente", encarregado de viabilizar as propostas contidas no Plano de Ação e propor políticas públicas na área

de saúde. Este conselho, que suscita muita polêmica, seria formado por representantes do governo e da sociedade civil. Os integrantes do Comitê Nacional, formado por representantes dos ministérios, tiveram seu mandato estendido até março/95 para elaborar melhor esta questão.

Eventos- A Rede Nacional Feminista, na véspera do encontro convocado para analisar a Conferência do Cairo, realizou uma reunião de trabalho, também em Brasília, para planejar o Debate Nacional sobre Saúde e Direitos Reprodutivos, previsto para os dias 30 e 31 de março, no Rio de Janeiro;



Ernesto Rubarth analisa resultados da Conferência.

discutir sua própria participação no Congresso Ibero-Brasileiro sobre Saúde e Direitos Reprodutivos, de 24 a 28 de abril, em Salvador; e a organização do Encontro Internacional sobre Saúde da Mulher, marcado para setembro de 1996, em São Paulo, do qual devem participar representantes de mais de 200 países. O último Encontro Internacional aconteceu há três anos, em Kampala, Uganda.

Nova legislatura

Neoliberais e esquerda crescem

Estudo do perfil político da nova formação da Câmara dos Deputados, feito pelo Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar- DIAP, mostra que a composição das bancadas será muito diferente da atual. De acordo com o trabalho, houve um grande crescimento da esquerda e diminuição da bancada de parlamentares da direita. A tendência indica expansão do número de defensores das teses neoliberais, algumas vezes camufladas por um discurso social-democrata.

Em relação ao Senado, o DIAP concluiu que também houve aumento da bancada de esquerda. O PT cresceu de um para cinco senadores, o PSB manteve a vaga que possuía e o PPS- partido sucessor do PCB, também elegeu um representante. A renovação do Senado foi recorde. Dos 20 senadores que disputaram a reeleição, apenas nove garantiram seus mandatos. Assim, 84% dos senadores que assumirão no dia 1º de fevereiro são novos na Casa.

O levantamento realizado pelo DIAP, que será publicado em livro: "Radiografia do novo Congresso", conclui que o Senado ganha em "qualidade, seriedade e dinâmica, retirando da Casa a pecha de clientelista e fisiologista, além de lento na tomada de decisões".

O DIAP também investigou o perfil sócio-econômico da nova Câmara dos Deputados e observou que, a julgar pelas fontes de renda, escolaridade e profissão exercida pelos parlamentares, há pouca diferença em relação à atual. A maioria tem nível superior, um terço é de empresários e, portanto, vive de capital, mais de um terço é de profissionais liberais e o restante é de assalariado. Do ponto de vista econômico e profissional, a nova Câmara é composta por 166 empresários, urbanos e rurais; 102 advogados; 56 médicos; 37 engenheiros; 24 economistas; 29 dirigentes sindicais; 23 professores; 13 servidores públicos; 14 jornalistas e 10 administradores.

Mulheres na tribuna

Resultado das eleições para o Congresso

Depois de muita confusão nos estados do Rio de Janeiro e do Pará, onde foi necessário realizar mais uma rodada das eleições gerais, consequência da impugnação das urnas pelos tribunais regionais, sob suspeita de fraude, sabemos, enfim, quais foram as mulheres eleitas para o próximo período legislativo. Na bancada do PT- partido que elegeu o maior número de mulheres, Joana D'Arc, que chegou a figurar como eleita pelo estado de Minas Gerais, na verdade não conseguiu o número de votos necessários e está fora do Congresso, o mesmo acontece em relação a deputada Regina Gordilho (Prona/RJ), que não se reelegeu.

Os nomes confirmados são os de Benedita da Silva, eleita pelo PT do Rio de Janeiro para ocupar uma vaga no Senado Federal - a primeira mulher negra a conquistar esta vitória, Cidinha Campos e Márcia Cibilis, ambas do PDT do Rio de Janeiro e Jandira Feghali, do PC do B carioca, também tiveram seus nomes confirmados nas urnas, da mesma forma que Socorro Gomes (PC do B/PA). Deste modo, a bancada feminina na Câmara Federal passa a ter, na próxima legislatura, 33 deputadas, atualmente são 28 mulheres; e no Senado, cinco, hoje são duas, ampliando a representação no Congresso Nacional.



Jandira Feghali (PC do B/RJ) confirma seu nome nas urnas e permanece na Câmara dos Deputados

PTB			PSB		
Emília Fernandez	RS	Senadora	Raquel Capiberibe	AP	Deputada
Marluce Pinto (reeleita)	RR	Senadora			
			PSC		
PT			Márcia Marinho	MA	Deputada
Ana Júlia	PA	Deputada			
Benedita da Silva (eleita senadora)	RJ	Senadora	PDT		
Esther Grossi	RS	Deputada	Cidinha Campos (reeleita)	RJ	Deputada
M ^a da Conceição Tavares	RJ	Deputada	Márcia Cibilis Viana (reeleita)	RJ	Deputada
Maria Laura (reeleita)	DF	Deputada			
Marina Silva	AC	Senadora	PP		
Marta Suplicy	SP	Deputada	Laura Carneiro	RJ	Deputada
Sandra Starling (reeleita)	MG	Deputada	Dolores Nunes	TO	Deputada
Telma de Souza	SP	Deputada			
			PMDB		
PFL			Elcione Barbalho	PA	Deputada
Fátima Pelaes (reeleita)	AP	Deputada	Lídia Quinan	GO	Deputada
Marilu Guimarães (reeleita)	MS	Deputada	Maria Elvira	MG	Deputada
			Mariza Monteiro	MS	Deputada
PC do B			Rita Camata (reeleita)	ES	Deputada
Jandira Feghali (reeleita)	RJ	Deputada	Simara Hellery	BA	Deputada
Socorro Gomes (reeleita)	PA	Deputada	Teté Bezerra	MT	Deputada
			Zila Bezerra (reeleita)	AC	Deputada
PSDB					
Yeda Crusius	RS	Deputada	PPR		
Josefa dos Santos Cunha	AL	Deputada	Alzira Ewerton	AM	Deputada
Mariinha Raupp	RO	Deputada	Célia Mendes (reeleita)	AC	Deputada
Zulaiê Cobra Ribeiro	SP	Deputada	Maria Valadão (reeleita)	GO	Deputada
Vanessa Cunha	RJ	Deputada			

Agenda

ACONTECE

Viúvas da seca

Até o dia 23 de dezembro pode ser visitada a Exposição/Instalação Viúvas da Seca, na Galeria Metropolitana de Arte Aloísio Magalhães, em Recife, Pernambuco. O evento reúne diversos trabalhos, desde vídeos a gravuras, sobre a situação da mulher nordestina, que não migra com seu marido, ela permanece na terra junto com seus filhos, sobrevivendo mesmo em condições adversas. Mais informações deste evento podem ser obtidas junto a Zarabatana Produções: Rua das Bertiogas, 284, CEP 53120-120, Olinda, Pernambuco; fone/fax (081) 439.3026.



Uma das fotografias expostas na "Viúvas da Seca"

Planejamento familiar

Na próxima legislatura será votado pelo Senado Federal o Projeto de Lei 114/94 que regulamenta o Planejamento Familiar no país. O projeto já foi aprovado na Câmara e está pronto para ser apreciado no Senado. O deputado Eduardo Jorge (PT/SP), um dos autores da proposição, fez um pronunciamento da tribuna da Câmara no dia primeiro de dezembro reclamando a imediata aprovação da matéria e informando aos parlamentares que uma moção assinada por 131 grupos havia sido enviada aos senadores pedindo a aprovação do projeto.

Mulher indígena

O Grumin está realizando uma "pré-consulta nacional sobre os Direitos Humanos da Mulher Indígena, da Família e da Sociedade". Esta pré-consulta é a segunda fase de um trabalho iniciado em abril de 94- o Seminário Saúde da Mulher Indígena: Um Direito Nosso, quando foi redigida uma "declaração preliminar", com 19 pontos. As pessoas interessadas em participar desta discussão e contribuir na redação do texto final podem entrar em contato com o Grumin no seguinte endereço: Rua Ambrosina, 82, Tijuca, CEP 20540-120, Rio de Janeiro; ou através do fone/fax (021) 208.6798.

ACONTECEU

Professor e gênero

O Sindicato dos Professores do Rio Grande do Sul (Simpro) realizou dias dois e três de dezembro, em Porto Alegre, o I Encontro Estadual Sobre Gênero e Representação Sindical. O Encontro foi realizado com o objetivo de desencadear uma ação diferenciada capaz de construir um novo sentido para a questão do gênero e sua luta, através da participação de vários segmentos. Quem quiser documentos sobre esse evento pode entrar em contato com o Sindicato no seguinte endereço: Rua Marechal Floriano, 38, Galeria do Rosário, conj. 501/508, CEP 90020-060, Porto Alegre/RS; ou através do fone (051) 224.2191 e do fax (051) 224.4638.

IMPRESSO



CFEMEA - Centro Feminista de Estudos e Assessoria
SCN Qd. 06 Bl. A S/602 - Ed. Venâncio 3000
70718-900 - Brasília - DF